



A
X
G
9

Ata Número Vinte e dois

Aos vinte seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas dezassete horas e quarenta minutos, reuniu ordinariamente, na Sala Atelier do Teatro Municipal da Lousã, a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:**

1. Apreciação de uma Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal.
2. Apreciação e votação da prestação de contas consolidadas do Município relativas ao ano financeiro de 2024.
3. Apreciação e votação da delegação de competências do Município na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, necessária à implementação do Sistema de Autoconsumo Coletivo de Energia da Região de Coimbra (SIAC-RC) e à constituição das Comunidades de Energia Renováveis (CER) e da autorização para a repartição de encargos plurianuais.
4. Apreciação e votação da ratificação da deliberação da Câmara Municipal de 2.06.2025, relativa à autorização prévia para repartição de encargos plurianuais da Empreitada “Reabilitação da Escola Básica n.º 2 da Lousã”.
5. Apreciação e votação da ratificação de deliberação da Câmara Municipal de 16.06.2025 relativa à autorização da geminação do Município da Lousã com o Município de Bois D'Arcy, nos termos da minuta de Protocolo de Geminação em anexo, a celebrar entre as partes.
6. Designação de um representante do município para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – CPCJ.

A Senhora Presidente da Mesa deu início aos trabalhos começando por apresentar cumprimentos ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** e restante Executivo, Senhores membros da Assembleia Municipal e todos os presentes. Agradeceu ainda a cedência do espaço para a realização da reunião da assembleia.

CHAMADA:



Feita a chamada, verificou-se a ausência de Daniela Guerreiro, que justificou a falta e foi substituída por Rui Morais; Santinho Antunes, que justificou a falta e foi substituída por Daniela Santos, Sérgio Pedroso que justificou a falta e foi substituído por António Agostinho, Maria Antunes que justificou a falta e não foi substituída e Marco Sequeira, que justificou a falta e foi substituído por Sara Antunes, Paulo Simões que justificou a falta e foi substituído por Catarina Tomé.

*APX
d
Op*

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

A Senhora Presidente da Mesa, deu conhecimento de uma inscrição de cidadãos para usar da palavra neste período, que fizeram previamente a respetiva inscrição e preenchimento de declaração de consentimento, nos termos do RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados. -----

Inscrições: Paulo Magro-----

Paulo Magro- iniciou a intervenção cumprimentando todos os presentes e disse que, relativamente ao condomínio das aldeias, já possui alguma informação, embora a análise mais aprofundada ainda não tenha sido possível, devido à receção recente da documentação em falta. Sobre o contrato de requalificação da praia fluvial de Serpins, referiu que o Senhor Presidente esclareceu tratar-se de um lapso de redação. No entanto, constatou que o auto relativo ao contrato n.º 46410 não se encontra publicado no Portal Base. No que diz respeito ao artigo 23.º do Regulamento do Orçamento Participativo, levantou a questão da legitimidade de se realizarem projetos em espaços pertencentes às Juntas de Freguesia, considerando que estas são entidades autónomas com orçamentos distintos. Recordou que uma das condições para a execução de projetos vencedores do Orçamento Participativo é que os mesmos sejam implementados em imóveis da autarquia, salvo existência de protocolo formal entre a Câmara Municipal e a respetiva Junta. Referiu ainda que, caso existam obras já previstas no orçamento ou no plano plurianual da Junta de Freguesia para determinado local, esse local não deverá ser elegível para o Orçamento Participativo. Especificamente sobre a praia fluvial de Serpins, confirmou, após esclarecimento junto do Presidente da Junta, que os



P
A
T
A
G

terrenos pertencem à Junta de Freguesia e que as obras já estavam contempladas no seu orçamento. Salientou, por fim, que não existia protocolo entre a Junta e a Câmara Municipal para a implementação do projeto vencedor do Orçamento Participativo, apesar de este ter sido concretizado. ---

Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e referiu que o Orçamento Participativo tem um fim específico que regula a concretização de determinados investimentos, negociações, obras ou aquisições. No âmbito deste instrumento, já foram desenvolvidos projetos como a criação do parque urbano, a aquisição de uma ambulância, a instalação de equipamentos de videovigilância, bem como negociações relativas à praia fluvial de Serpins, todos enquadrados no contexto específico do Orçamento Participativo. Sublinhou que este mecanismo se desenvolve dentro dos limites e regras do seu próprio enquadramento orçamental. Relativamente à declaração da Junta de Freguesia de Serpins, mencionada pelo Sr. Paulo Magro, expôs que, possivelmente, terá sido a Junta a informar os proponentes da proposta vencedora da sua concordância com a realização dos investimentos em causa. ---

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: ---

VOTAÇÃO DA ATA: ---

Colocada à votação a ata da sessão ordinária número 21, realizada no dia trinta de abril do ano de dois mil e vinte cinco, foi aprovada por unanimidade pelos deputados que estiveram presentes, não tendo participado na votação os membros que dela não fizeram parte. ---

CORRESPONDÊNCIA: ---

A Senhora Presidente da Mesa passou a dar conhecimento aos membros da Assembleia Municipal de toda a correspondência rececionada pela Mesa, desde a última sessão ordinária de dezembro, até ao momento: ---

Dia 20 de maio, e-mail recebido do Sr. Carlos Cardoso, sobre a isenção de IMI, já reencaminhado ao Sr. Presidente da Câmara. ---



Dia 26 de junho, e-mail do deputado Luís Martins, com várias questões, já reencaminhado ao Sr. Presidente da Câmara.

Dia 30 de junho, - Recebimento de um **Voto de Louvor**, enviado pelo Grupo Municipal PSD/CDS "É Hora de Mudar!" "Pela nomeação do Deputado Rui Morais como Presidente da Federação Nacional do Ensino Superior Particular e Cooperativo e pela Presidência da Associação de Estudantes do Instituto Superior Miguel Torga".

A Sr. Presidente da Assembleia Municipal, relembrou que o voto de louvor tem, de acordo com o Regimento, dar entrada dois dias antes da reunião. No entanto, deixou à consideração da Assembleia a votação do Voto de Louvor, tendo sido concordado por todos.

VOTO DE LOUVOR: "O Grupo Municipal PSD/CDS-PP "É Hora de Mudar", apresenta a Assembleia Municipal da Lousã a presente proposta de Voto de congratulação ao jovem lousanense Rui Domingos Lima Morais pela relevância do seu percurso académico, cívico, social e institucional, e pelo exemplo inspirador que representa para a Juventude da Lousã, da região de Coimbra e de todo o país. Considerando que: Rui Morais é natural da Lousã e, com apenas 21 anos, tem vindo a construir um caminho de responsabilidade pública e intervenção social que o distingue de forma clara no panorama local, regional e nacional. É atualmente Presidente da Federação Nacional do Ensino Superior Particular e Cooperativo, estrutura representativa de milhares de estudantes em todo o país, e assume igualmente a presidência da Associação de Estudantes do Instituto Superior Miguel Torga, sendo também membro do conselho pedagógico desta Instituição de Ensino Superior, onde defende e reivindica o papel dos Estudantes e das Associações Académicas e Estudantis como espaços de cidadania ativa; Ao longo do percurso, tem demonstrado capacidade de escuta, de ponderação e de construção de diálogo entre diferentes realidades e sensibilidades – sendo amplamente reconhecido, inclusive por entidades externas, pela postura serena, moderada e profundamente respeitadora da diversidade de opiniões; É, acima de tudo, um defensor convicto do interior – não apenas em palavras, mas nos compromissos

ADM
AB
9



AFX
SB
9

que assume abraça. Tem colaborado com diversas organizações e redes, como a "Youth Iberian Research Team" e a iniciativa cívica "Dos Interiores", que procuram pensar e agir sobre os desafios que enfrentam os territórios do interior português. Membro do Concelho Municipal de Juventude e da Educação da Lousã e do Concelho Municipal da Juventude e da Educação de Coimbra, Rui Morais leva consigo o nome da Lousã, não apenas como dado de origem, mas como ema escolha de identidade. Fala da sua terra com orgulho, representa-a com dignidade, e devolve-lhe, através da sua ação, o que aqui recebeu: valores, comunidade e sentido de missão. Propõe-se, por isso, que esta Assembleia Municipal delibere: Aprovar um voto de congratulação ao jovem Rui Morais, pelo percurso exemplar que tem vindo a trilhar, pela postura cívica, pelo processo prestado ao Ensino, especialmente ao Ensino Superior Público e Não Estatal, bem como, pela forma como honra o nome da Lousã em cada função que exerce. Dar conhecimento do presente ao próprio homenageado, bem como às instituições académicas e associativas com que colabora, e proceder à respetiva divulgação pública nos meios da autarquia. Porque reconhecer o mérito de um jovem da nossa terra é também afirmar o futuro. E o futuro, quando tem rostos como o de Rui Morais de tantos outros jovens do nosso concelho, merece ser celebrado."

Colocado à votação o Voto de Congratulação "Pela nomeação do Deputado Rui Morais como Presidente da Federação Nacional do Ensino Superior Particular e Cooperativo e pela Presidência da Associação de Estudantes do Instituto Superior Miguel Torga"., foi aprovado por maioria com 2 abstenções do PS, quando estavam presentes na sala vinte e quatro membros eleitos. (doc. nº 1 (um)).

INSCRIÇÕES PARA O PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Inscrições: Sara Antunes, Patrícia Ramalheiro, António José Gonçalves, Pedro Santos; Ana Bandeira, Carolina Cabral, João Fernandes, Nelson Lopes, Rui Morais, Joel Fernandes e Fernanda Franca.



Sara Antunes, iniciou a intervenção cumprimentando todos os presentes e destacou "duas iniciativas de particular relevância dirigidas à população sénior do nosso concelho, promovidas com o intuito de valorizar o envelhecimento ativo, combater o isolamento e reforçar os laços comunitários entre os nossos munícipes mais velhos. Em primeiro lugar, o Passeio Sénior à Quinta da Malafaia, realizado com grande sucesso, no dia 12 de junho, que contou com a participação de cerca de 600 idosos do concelho da Lousã. Esta iniciativa, para além de proporcionar um dia de lazer e convívio, representou também um momento importante de socialização, promovendo a inclusão e o bem-estar emocional dos participantes. Em segundo lugar, a participação da Lousã no 2.º Encontro Sénior que decorreu na Pampilhosa da Serra, um evento intermunicipal, promovido pela CIM RC, que reuniu representantes de diversos concelhos da região. Este encontro foi mais do que um simples convívio – foi um espaço de partilha de experiências, de cultura e de promoção do envelhecimento ativo e com dignidade, onde os nossos seniores puderam sentir-se valorizados e integrados num projeto regional de cidadania ativa. Estas iniciativas, que se inserem numa estratégia municipal mais ampla de apoio à população sénior, merecem ser destacadas e continuadas. Envolvem uma logística exigente, mas os resultados – tanto em termos de adesão como de impacto social – demonstram claramente o seu valor. Em nome dos seniores da Lousã e de todos os que contribuíram para o sucesso destas ações, deixo aqui o nosso reconhecimento e incentivo à sua continuidade".

Patrícia Ramalheiro: usou da palavra para cumprimentar todos os presentes e disse: A Lousã voltou a celebrar o espírito de ser lousanense com um dos maiores momentos festivos do concelho e da região que é o nosso tradicional S. João. São sem dúvida momentos de afirmação da identidade e da cultura da Lousã com um forte impacto no dinamismo da economia local e do envolvimento da comunidade. Um forte investimento da autarquia que importa aqui referir/salientar. Diversidade e qualidade voltaram a marcar o cartaz deste evento que alia tradição, música, cultura e dinamismo económico. Um evento que contou mais uma vez com artistas de renome nacional e também como não podia faltar os nossos artistas locais de grande qualidade, atraindo assim

APJ
APY
A



AP
AS
g

várias pessoas ao recinto da festa. Em paralelo a mostra comercial e industrial que contou com sessenta e oito expositores com empresas e equipamentos, veículos e comércio, serviços e instituições locais. Durante os vários dias da feira, podemos verificar um reforço nas questões de segurança e policiamento, permitindo assim intervenções mais rápidas no local. Relativamente aos melhoramentos, houve também um aumento do número de casas de banho colocadas no recinto. Foram preparadas zonas de estacionamento para apoio nas acessibilidades. Durante as festividades tivemos também a presença de representantes das localidades francesas de Prades e BoisD'Arcy com os quais tivemos a possibilidade de partilhar momentos de troca de conhecimentos e convívio. A noite de 23 de junho marcou mais uma vez um dos momentos mais aguardados do calendário festivo com as tradicionais marchas sanjoaninas, um espetáculo de cor, música e orgulho lousanense. Este sim é um dos momentos de grande expressão de qualidade associativa deste concelho. Sete marchas preencheram a avenida com destaque para a inclusão: duas marchas infantis ou juvenis e cinco marchas de adultos, onde podemos sempre contemplar a grande dedicação das pessoas a esta causa. O ambiente festivo das marchas voltou a atrair muitas pessoas quer presencialmente quer online na transmissão em direto. Este momento de celebração que se traduz num investimento mais que justificado por parte da autarquia. A noite mais longa do ano contou também com os arrais populares em vários locais da vila até de madrugada com a presença de muitas pessoas e animação. A autarquia tal como em anos anteriores, disponibilizou transporte gratuito para o espetáculo de fados nas piscinas naturais da Senhora da Piedade. Embora ainda com as obras em curso, que continuamos a aguardar pela sua conclusão, não deixamos de ter afluência de pessoas ao local atendendo às limitações de circulação existentes. As festas culminaram no feriado municipal com a celebração do mérito, talento e envolvimento cívico da comunidade com mais uma edição da Gala Lausus no Teatro municipal da Lousã. Perante uma plateia repleta de representantes associativos, familiares, amigos e figuras públicas locais, regionais e nacionais, voltámos a assistir a momentos de distinção de personalidades e projetos que elevam o nome da Lousã. Este ano foram atribuídos 18 galardões



a pessoas, empresas, projetos e instituições com trajetos marcados pela excelência, inovação, compromisso social e espírito comunitário. Uma cerimónia marcada pela emoção, que sem dúvida evidência sempre um elevado compromisso com o bem comum e com a construção de um concelho sempre mais inclusivo, mais competitivo, atrativo e mais preparado para os desafios futuros. Não poderia deixar de enaltecer todo o trabalho levado a cabo por vários agentes que contribuíram, em muito, para que por mais um ano consecutivo as expectativas tivessem sido superadas e os objetivos alcançados. E porque a Lousã é sempre uma terra que reúne eventos com destaque a nível nacional, onde o património natural é apelativo aos desportos ligados à natureza, tivemos a possibilidade de ter uma das mais prestigiadas provas de trail running em Portugal – "Oh Meu Deus", no passado dia 6 de junho, reunindo atletas nacionais e internacionais numa jornada de superação física e mental. Esta Prova é uma das mais exigentes, onde os atletas são desafiados a percorrer trilhos técnicos e paisagens deslumbrantes ao longo da Serra da Lousã, Serra do Acor e Serra da Estrela, trilhos pertencentes à rede de percursos pedestres da Lousã, que eu deixo aqui uma preocupação ao Sr. Presidente, para que sejam melhorados alguns dos nossos trilhos em especial atenção para a levada. -----

António José Gonçalves, Iniciou a sua intervenção com cumprimentos a todos os presentes e reiterou o seu protesto, informando que se retirará da sala sempre que o Deputado Joel Fernandes usar da palavra, por entender ser incompatível o exercício simultâneo dos cargos de Deputado Municipal e Adjunto do Presidente da Câmara. Manifestou a sua discordância face a esta situação, atribuindo a responsabilidade ao Partido Socialista e à Presidente da Assembleia Municipal, por permitirem tal acumulação de funções durante o presente mandato.-----

Pedro Santos: Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e assinalou a comemoração do 121.º aniversário dos Bombeiros Municipais da Lousã, ocorrido no passado dia 1 de maio, destacando a cerimónia como um momento de homenagem e reconhecimento àqueles que servem ou serviram os lousanenses com dedicação e orgulho. Realçou o esforço e o investimento financeiro por parte da Câmara Municipal da Lousã ao longo dos anos,

X
b.
a



AP
g

nomeadamente na aquisição de viaturas, material operacional, formação de pessoal e constituição de um quadro de bombeiros municipais/profissionais. No mesmo âmbito de reforço das capacidades operacionais de socorro, referiu a atribuição de dois apoios financeiros, num montante global de 50.000 euros, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Serpins. Ainda no que respeita ao bem-estar e segurança das populações, destacou que, no âmbito da medida do Fundo Ambiental "Condomínio de Aldeia" — programa de apoio a aldeias localizadas em territórios de floresta — estão em fase de conclusão quatro projetos relativos às aldeias de Cabanões, Vale Pereira da Serra, São Miguel e Quatro Águas. Estas intervenções têm como objetivo reduzir os riscos de incêndios rurais e aumentar a resiliência das comunidades, contemplando ações como gestão de combustível em zonas envolventes às aldeias, recuperação de infraestruturas e instalação de kits de autoproteção (mangueiras, agulhetas, entre outros meios hidráulicos). Referiu ainda, no âmbito do programa "Aldeia Segura, Pessoa Segura", a realização de um conjunto de ações de sensibilização em 11 aldeias do concelho, consideradas mais vulneráveis ao risco de incêndio rural, com o objetivo de informar as populações sobre medidas de autoproteção, prevenção e cumprimento da legislação em vigor. Por fim, salientou o prémio "Paisagem do Conselho da Europa" atribuído à candidatura portuguesa "Aldeias da Serra da Lousã", a única selecionada, cuja entrega oficial ocorrerá na oitava sessão do Fórum das Seleções Nacionais, numa iniciativa organizada em parceria entre a Câmara Municipal da Lousã e a Direção-Geral do Território. O projeto envolve a recuperação da paisagem serrana nas suas diversas componentes — casas tradicionais, fauna e flora autóctones — e integra cinco aldeias tradicionais: Candal, Cerdeira, Chiqueiro, Talasnal e Casal Novo. Apresentou felicitações à Câmara Municipal da Lousã e a todos os intervenientes no processo. -----

Ana Bandeira: interveio cumprimentando todos os presentes e partilhou um resumo das principais atividades culturais promovidas pela Câmara Municipal da Lousã desde o passado 25 de abril, um período marcado por um investimento sério, estruturado e comprometido com a cultura. Começou pela celebração da liberdade, "o Street Basket da Liberdade mobilizou jovens e



famílias em torno do desporto e da convivência comunitária — um evento simbólico que conjugou inclusão, juventude e participação. Poucos dias depois, foi celebrado um protocolo com a Associação Cultural Marimbondo, reforçando a colaboração com estruturas criativas locais. Este passo permite aprofundar projetos artísticos e formativos, dando resposta às necessidades do setor. Na Biblioteca Municipal, foi inaugurada a exposição fotográfica *Rally de Portugal*, do fotógrafo João da Franca — uma mostra que valorizou a expressão visual e a ligação entre desporto e arte. A autarquia prosseguiu o seu compromisso com os agentes culturais locais através da cedência de salas na Casa Carlos Reis a três associações artísticas da Lousã — a Associação Cultural Louzan, a Companhia Um do Outro e Efeitardósia. Em maio foram ainda assinados os protocolos de apoio às Associações Locais que protagonizam um investimento de cerca de 75 mil euros, dividido entre montantes atribuídos à atividade regular destas Associações e transportes, no caso de Associações que necessitem de efetuar deslocações. O investimento neste apoio local revela responsabilidade orçamental e valorização concreta da cultura. Quero destacar também a atividade do nosso Teatro Municipal da Lousã, que se tem afirmado como verdadeiro motor cultural do concelho. Também desde abril, ali se têm realizado concertos, espetáculos de teatro e eventos educativos de elevada qualidade. Destaco três momentos marcantes: O concerto de Sara Correia, que encheu a sala e trouxe o fado contemporâneo ao coração da Lousã; a apresentação do espetáculo *A Música Dá Trabalho*, dirigido às escolas, com grande adesão por parte da comunidade educativa e a presença de Bárbara Tinoco, no próximo Sábado que encerra este ciclo de programação com um concerto muito aguardado pela população. A programação abrange públicos diversos, com especial atenção às famílias, à juventude e ao meio escolar. Termino sublinhando que a cultura, quando encarada com seriedade, não é despesa: é investimento. Um investimento nas pessoas, no território e no futuro. O trabalho desenvolvido na área cultural comprova que a Lousã se está a afirmar como um polo de vida cultural ativa, participada e com identidade própria." -----

RTX
JL
GJ



AF
ad
g

Carolina Cabral: interveio cumprimentando todos os presentes e disse: "A legislatura, o mandato de 4 anos aproxima-se do fim e é tempo de avaliação. Avaliação necessariamente mais exigente. Em primeiro, a política pura e dura que é como quem diz: a vida dos Lousanenses! E podíamos todos perguntar, com verdade, sem falsas retóricas: O que mudou na Lousã em 4 anos? Na saúde? Na educação? No turismo? Na habitação? Na cultura e no desporto? Que novos equipamentos sociais? Nos transportes, via pública/jardins/cemitérios? Em suma, como é que o comum Lousanense sentiu na sua vida, os 64 milhões de euros gastos no nosso concelho? Pois é disso que se trata: Câmara e freguesias, são órgãos locais, próximos, que conhecem os seus e suas vidas. E, de facto, numa primeira observação, olhamos a Lousã - vila e freguesia- e assusta-nos verificar que pouco mexe. A economia local na Lousã cada dia que passa é mais incipiente, as ruas, as fachadas, as lojas estão vazias, bafiantas, descoloridas tristemente em processo de degradação. Não há pessoas, não há movimento, não há transeuntes, não há compradores e os vendedores resistem e teimam em continuar reduzindo os movimentos financeiros a mínimos inexplicáveis. Retirámos a população para locais estranhos, sem história, sem vida e, em vez de envolvermos, aproximarmos, separámos e isolámos os Lousanenses. Uma vila que retira um Centro de Saúde e Escolas do seu centro urbano, é uma vila condenada à morte social e comunitária. Um concelho que passados tantos anos continua a ter reboque de iniciativa privada: a que cresce e nasce na nossa Serra e nas ruas históricas da nossa vila em festividades espontâneas e pontuais: veja o sucesso da "Travessa" no São João, a tornar-se o seu verdadeiro cartaz. Então, é fácil perceber que o que faltou ao longo destes anos, foi amor à camisola, correr por gosto, inovando e criando oportunidades à criatividade dos nossos. Saber que, nem tudo está mal, mas que tudo pode melhorar exponencialmente com uma nova visão, novos valores, novas orientações e propostas é suficiente para, ainda assim, acreditar no futuro? Um futuro onde: - Exista uma séria resposta rodoviária aos utentes do nosso centro de saúde; exista uma digna entrada e saída do centro histórico e urbano da Lousã. Um futuro onde: A cultura não se esgota em 4 paredes reabilitadas nas fachadas às ruas da Lousã; seja possível construir,



empreender, viver e educar os nossos filhos; A Lousã se torne um polo atrativo de investimento; a Lousã tenha um novo acesso rápido e alternativo à Estrada da Beira, a partir do centro da Vila; o Turismo não se esgota na nossa serra, massificando-a, mas trazendo-a para este vale onde vivemos. Passados 4 anos como dizemos em pré-campanha: "É HORA DE MUDAR..." É hora de virar a página e escrever, finalmente uma nova Lousã."-----

X
X
g

João Fernandes, interveio cumprimentando todos os presentes e relembrou diversos eventos recentemente apoiados pelo Município da Lousã, no âmbito da dinamização e promoção do território. Destacou a celebração do Dia Mundial da Criança, a 1 de junho, organizada em parceria entre a Câmara Municipal e várias entidades do concelho. O evento promoveu o trabalho associativo e envolveu crianças, jovens e famílias num programa diversificado, de qualidade, com atividades nas áreas do desporto, cultura e animação. Referiu também a realização da 25.ª Descida Noturna do Montanha Clube, que teve lugar no dia 14 de junho, com partida do Alto do Trevim e chegada à Lousã, num percurso de 12 quilómetros, contando com cerca de 250 participantes. Mencionou ainda a 17.ª edição da Descida da Serra em Cadeira de Rodas, iniciativa que alia inclusão, natureza e cidadania ativa, e que já se afirma como um símbolo do compromisso comunitário da Lousã. Por fim, destacou a realização da 4.ª edição da Semana do Pastel de Alvites e da Broa de Serpins, evento gastronómico que visa promover dois produtos tradicionais da região — o pastel de Alvites e a broa de Serpins.-----

Nelson Lopes, interveio cumprimentando todos os presentes e disse, "como tem sido evidente, as pessoas, as famílias, a comunidade tem estado sempre no centro da matriz de governação deste executivo. Seguindo essa linha de atuação, têm sido diversos os projetos e atividades desenvolvidas, inúmeros os equipamentos colocados à disposição da comunidade, oportunos e consecutivos os apoios às várias e importantes coletividades do Concelho e essenciais os constantes apoios facultados às famílias mais vulneráveis. Neste âmbito, permitam-me que aqui destaque um conjunto de apoios financeiros que a Câmara Municipal atribuiu recentemente para a concretização de obras em 3 importantes equipamentos. Refiro-me ao apoio no valor de 5.000€ (que se



AJ
AB
g

junta a outros apoios anteriores, no montante acumulado de 45 mil euros) para as obras de construção do Centro de Dia da Associação Recreativa, Social e Cultural das Gândaras. Esta verba, vai também contribuir para que esta nova resposta social possa entrar em funcionamento e atender 40 utentes em Centro de Dia e 60 no Serviço de Apoio Domiciliário, uma ampliação essencial para responder à crescente procura por apoio social a idosos na comunidade. Recentemente o Executivo também aprovou um apoio financeiro no valor de 12.500€ à Santa Casa da Misericórdia da Lousã para obras de ampliação da creche, ampliação esta que acrescentará capacidade de resposta a uma valência que se destina a crianças com idades compreendidas entre os 3 meses e os 3 anos. E aprovou ainda a atribuição de um apoio no valor de 20 mil euros à ARCIL para o apoio à beneficiação do lar "Casa das Cores". A "Casa das Cores" tem como missão proporcionar um ambiente familiar que contribua para a formação de cada criança e jovem, explorando ao máximo o seu potencial por forma a desenhar projetos de vida de inclusão na comunidade e este apoio irá contribuir para que esta associação continue a desenvolver o seu trabalho no âmbito das respostas sociais a pessoas com deficiência. Ou seja, três importantes apoios para a realização de obras em equipamentos de carácter social, que vão acrescentar capacidade de resposta à comunidade e que, certamente, serão um contributo importante para que a Lousã continue a ser um Concelho de referência também na área social. Noutro âmbito, permitam-me que destaque a forma como decorreram os festejos em honra da nossa senhora da Piedade. Apesar dos condicionamentos decorrentes das obras de beneficiação da via de acesso ao complexo religioso, as procissões realizaram-se com toda a normalidade, cumprindo-se mais uma vez, este importante evento religioso, que atrai todos os anos milhares de devotos à Lousã e que tanto significado tem para a comunidade lousanense.

Rui Moraes: Tomou a palavra, cumprimentando todos os presentes e agradeceu o voto de louvor que lhe foi dirigido, em especial ao seu grupo parlamentar pela apresentação da proposta, e a todos os que nela votaram favoravelmente. Referiu que é possível manter convicções partidárias, desde que estas não se confundam com as responsabilidades no âmbito associativo. Destacou que a



Lousã é uma "exportadora" de jovens talentosos, com elevada qualidade em diversas áreas, sublinhando que foi eleito enquanto jovem e lousanense, e não enquanto membro do Partido Social Democrata. Agradeceu ainda ao Senhor Vereador João Santos e ao Senhor Vereador Vítor Carvalho pela forma próxima e construtiva com que abordaram o assunto. Concluiu a sua intervenção questionando o Senhor Presidente da Câmara quanto ao cumprimento dos prazos da obra da Escola Secundária da Lousã. -----

✓
✓
✓
✓

Joel Fernandes, cumprimentou todos os presentes e tomou a palavra, referindo que, numa Assembleia Municipal anterior, foi acusado de "ver o copo meio cheio", aquando da sua intervenção em que destacou diversos projetos em desenvolvimento no concelho, nomeadamente: o Metro Mondego, o Cine-Teatro, a construção da rotunda junto ao Centro de Saúde, a reabilitação do Castelo da Lousã, a instalação do Museu do Circo, a reabilitação do Museu Etnográfico Dr. Lousã Henriques, as obras de regeneração urbana, a construção das ciclovias, a requalificação do Jardim de Infância do Freixo, os investimentos em curso nas escolas, a construção do Centro de Recolha Oficial Animal da Lousã, o Ecocentro Municipal, a conclusão e reabilitação da Casa Museu Carlos Reis, o Teatro Municipal, entre outros projetos nas áreas da educação e cultura. Destacou que o concelho dispõe de um ecossistema económico favorável, permitindo o desenvolvimento da iniciativa privada de forma sustentável e sem constrangimentos, sendo um exemplo a nível nacional. Acrescentou ser sempre importante existirem visões diferentes sobre os mesmos projetos. Expressou, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, preocupação e desagrado pelo atraso na entrada em funcionamento do Sistema de Mobilidade do Mondego, reafirmando a exigência e o entendimento de que este projeto deve entrar em funcionamento com a maior brevidade possível, uma vez que será essencial para a mobilidade da região e para o concelho da Lousã. Referiu ainda o início da intervenção na Rua do Comércio, tendo partilhado a sua opinião enquanto morador. Por fim, fez referência à situação na Faixa de Gaza, sublinhando as suas possíveis consequências para a Europa e o mundo, e terminou a sua intervenção endereçando os parabéns ao Sr. Deputado Rui Morais. -----



AG
AH
AF

Fernanda França, cumprimentou todos os presentes e destacou o dinamismo e a dignidade com que as Associações e demais núcleos representaram suas causas durante o evento do S.João, bem como o contributo empenhado dos artistas locais. Apontou diversas limitações na organização da Feira, que manteve o formato dos anos anteriores, sem inovações significativas. Disse que a disposição dos feirantes careceu de estética e criatividade, e a área destinada à diversão apresentou condições inadequadas, com solo impróprio, poeira excessiva e falta de elementos naturais, causando desconforto aos visitantes. Disse ainda que apesar da presença de artistas promissores e figuras do panorama nacional, as atuações foram prejudicadas por falhas técnicas de som, afetando a qualidade das apresentações. Terminou manifestando o desejo de que, em 2026, o evento de S. João na Lousã evolua, incluindo melhor representação da zona industrial e atendendo às expectativas dos jovens e da comunidade local.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra e começou por apresentar felicitações ao Deputado Rui Moraes pela sua eleição, o que originou a proposta de voto de louvor, tendo também endereçado votos de felicidades no desempenho das novas funções. Relativamente às questões colocadas, referiu ter tomado boa nota das observações sobre a necessidade de melhoria dos trilhos, em particular na zona da Levada. No seguimento da intervenção do Deputado Pedro Santos, prestou esclarecimentos relativamente à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Serpins, informando que o montante de 52.000€ atribuído tem duas componentes: uma correspondente ao apoio anual da Câmara Municipal, incluindo o pagamento de 50% da Equipa de Intervenção Permanente (EIP), e outra de 25.000€ destinada à aquisição de uma nova viatura. Informou ainda que a Câmara está a finalizar o processo de aquisição de uma nova viatura de combate a incêndios rurais para os Bombeiros Municipais, com um investimento também financiado na ordem dos 25.000€. Destacou o mérito e a importância da distinção atribuída pelo Prémio Europeu de Paisagem, sublinhando que este reconhecimento resulta de um conjunto de parâmetros avaliados pelo júri, e que o prémio é partilhado com



várias entidades públicas e privadas que contribuíram e continuam a contribuir para a valorização da paisagem do concelho. Referiu que, ao longo da presente sessão, foram dados vários exemplos que, no seu entender, contrariam a perspetiva apresentada anteriormente pela Sra. Deputada Carolina Cabral. Sobre o projeto Metrobus, manifestou a sua insatisfação perante a notícia de um novo adiamento, considerando tratar-se de uma infraestrutura pela qual se tem lutado, e que é considerada essencial para a mobilidade da região, devendo entrar em funcionamento o mais rapidamente possível. Na sequência da intervenção da Sra. Deputada Carolina Cabral, declarou discordar totalmente da análise por esta apresentada, considerando que as observações relativas à atividade comercial e os adjetivos utilizados são, no mínimo, ofensivos para os agentes económicos e para a realidade empresarial local. Indicou que, segundo os dados oficiais disponíveis, o número de empresas em atividade no concelho tem vindo a crescer, sendo superior ao número das que cessam atividade. Acrescentou que os indicadores oficiais, em vários domínios económicos, apontam para uma realidade diferente daquela descrita pela referida deputada. Sobre a alternativa à Estrada Nacional 17 (EN17), afirmou tratar-se de uma reivindicação antiga, não apenas do concelho, mas de toda a região, sublinhando que o Estado central ainda não deu resposta a esta necessidade. No seguimento da intervenção da Sra. Deputada Ana Bandeira, informou que, na sequência de uma candidatura apresentada e financiada, será realizada no próximo dia 6 de julho a primeira sessão de cinema no âmbito desse investimento. Em resposta ao Deputado Rui Moraes, referiu que os prazos da intervenção na Escola Secundária se mantêm dentro do previsto, estando os trabalhos a decorrer com normalidade. Mencionou ainda que são já visíveis os avanços no Pavilhão Desportivo e no Pavilhão B, estando previsto para a próxima semana o início da intervenção no bloco onde anteriormente funcionava o polivalente.

-PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS:



Anf
G
G

1 - Apreciação de uma Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal (doc. nº 2 (dois)).

Inscrições: João Curvelo, Luís Martins, Fernanda Franca, Luís Martins, Patrícia Ramalheiro, Joel Fernandes, António José Gonçalves.

António José Gonçalves, prescindiu da palavra.

Fernanda Franca - tomou a palavra e referiu ter sido surpreendida, tal como outras pessoas, com a aprovação da proposta de inclusão de quatro autarcas na toponímia da Lousã. Informou que três das personalidades visadas — o Eng.º Agostinho Neto, o Eng.º Parola Gonçalves e o Dr. Fernando Carvalho — não aceitaram tal distinção. Apresentou publicamente os seus parabéns a estas individualidades pela recusa da homenagem. Expressou o seu repúdio por considerar este ato pouco nobre e, segundo as suas palavras, até de "cariz jocoso", uma vez que, conforme referiu, existia conhecimento prévio da não aceitação por parte dos homenageados, manifestada por escrito. A Sra. Deputada destacou o percurso político e profissional destas três figuras, salientando que, no seu entender, o Eng.º Agostinho Neto foi um dos melhores Presidentes da Câmara da Lousã, referindo a aquisição da Quinta de Santa Rita, o respetivo loteamento público e privado, a instalação de diversos equipamentos no local e a construção do Palácio da Justiça, entre outras obras. Relativamente ao Eng.º Parola Gonçalves, descreveu-o como um excelente técnico da Câmara, que prestou um serviço leal à instituição, assumindo responsabilidades e desafios com firmeza. Quanto ao Dr. Fernando Carvalho, sublinhou o seu perfil conciliador e de bom senso, referindo que apoiou a preparação do seu sucessor e, durante o período em que, esta esteve na oposição, colaborou com o seu grupo, viabilizando propostas como a criação da AFLOPINHAL, a inclusão de um engenheiro florestal nos quadros da autarquia, e a requalificação da Alameda Carlos Reis — intervenção que, segundo afirmou, devolveu dignidade a um espaço anteriormente degradado. Criticou ainda a forma como, em sua opinião, esta proposta de toponímia terá sido conduzida de forma pouco transparente e sem o devido respeito



democrático, referindo que se tratou de uma tentativa de atribuir nomes a locais como "becos" ou "piscinas" a pessoas que, segundo afirmou, não tinham ligação direta a tais espaços. Reforçou que os antigos Presidentes exerceram os seus mandatos com responsabilidade e dentro da legalidade, com a remuneração e deveres inerentes ao cargo, e que não devem ser alvo de ações que classificou como "demagógicas" ou "autoritarismo". Por fim, a Sra. Deputada manifestou também a sua discordância quanto à atribuição do nome de Dr. Mário Soares ao Pavilhão Multiusos, afirmando que tal figura é, no seu entender, pouco estimada pelos portugueses, invocando críticas relacionadas com o processo de descolonização e as suas consequências para o país.

Luís Martins, solicitou uma interpelação à Mesa, referindo, ao abrigo do artigo 30.º do Regimento da Assembleia Municipal e com base na declaração anterior da Sra. Deputada Fernanda Franca, que a Comissão de Toponímia não é um órgão de opinião política, mas sim um órgão consultivo, com base legal e composto por pessoas qualificadas, com documentação técnica e regulamentos devidamente publicados em Diário da República. Acrescentou que esta comissão é constituída por personalidades de reconhecida dignidade no concelho, três das quais foram aprovadas por esta Assembleia, com representação de diferentes quadrantes políticos. Antes de se emitirem juízos de valor, apelou a todos os membros da Assembleia que consultem e clarifiquem os documentos que fundamentam as decisões tomadas. No seguimento da apresentação da informação financeira pelo Sr. Presidente da Câmara, referiu que os dados evidenciam uma gestão prudente e estruturada, pautada por critérios de legalidade, equilíbrio orçamental e capacidade de execução. Destacou a taxa de execução de 37%, com particular ênfase nas transferências correntes e de capital, o que, no seu entender, demonstra uma boa capacidade de captação de fundos externos. No lado da despesa, salientou uma execução prudente e faseada, ajustada à evolução natural do exercício, sem comprometer os investimentos essenciais. Indicou ainda que a tesouraria do município tem apresentado um comportamento estável ao longo dos anos, com saldos de gerência em linha com os exercícios anteriores, assegurando



AO7
2017
Q

liquidez suficiente para o cumprimento de compromissos e continuidade dos projetos estruturantes. Relativamente aos investimentos em infraestruturas e serviços, sublinhou a aposta clara em áreas prioritárias como a educação, requalificação urbana, infraestruturas de água e saneamento, e habitação. A execução parcial de projetos com financiamento comunitário foi referida como demonstrativa do alinhamento com os objetivos estratégicos definidos. Informou ainda que o nível de endividamento do município se mantém abaixo dos limites legais, o que, na sua perspetiva, evidencia uma gestão rigorosa e sustentável. Não foram identificados registo de incumprimento financeiro nem sinais de pressão excessiva sobre a capacidade de pagamento, reforçando a confiança e a solidez das contas públicas locais. Concluiu afirmando que, embora a informação financeira apresentada respeite apenas ao primeiro semestre, permite concluir que o Executivo Municipal, liderado pelo Partido Socialista, prossegue uma gestão assente em princípios de legalidade, equilíbrio e visão estratégica.

Patrícia Ramalheiro, interveio informando que, em articulação com a Rede Social do Concelho e no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), foram apresentados os projetos Radar Social e CLDS 5G – Lousã Mais Social, iniciativas que visam reforçar as respostas sociais no concelho, promovendo a inclusão, a proximidade e o bem-estar da comunidade. Esclareceu que o Radar Social é um projeto de intervenção comunitária e desenvolvimento local, cuja finalidade é identificar situações de vulnerabilidade social e encaminhá-las para respostas adequadas e eficazes. Este projeto pretende complementar a atuação já existente no território, no que respeita ao encaminhamento para serviços e respostas específicas, com o objetivo de suprir necessidades ou carências que colocam pessoas ou famílias em situação de fragilidade social. Relativamente ao CLDS 5G – Lousã Mais Social, inserido nos Contratos Locais de Desenvolvimento Social, referiu que tem como pilares fundamentais a promoção do desenvolvimento social, a capacitação comunitária e a intervenção em contextos de emergência social. Este projeto engloba ações preferencialmente direcionadas ao combate à pobreza, procurando reforçar políticas de inclusão social, assumindo o território como elemento essencial para



a sua concretização. Informou ainda que este projeto é financiado no âmbito do Pessoas 2030, Portugal 2030 e Fundo Social Europeu+, tendo uma duração prevista de quatro anos. A entidade coordenadora é o Município da Lousã e a entidade indutora é a Associação ACTIVAR. Concluiu reforçando que este é um compromisso da autarquia para o desenvolvimento social e humano do território, valorizando o trabalho em rede como base para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

João Curvelo, cumprimentou todos os presentes e expressou a sua opinião sobre a alteração toponímica, lamentando que, tenha sido feita já no final do mandato e a pessoas que desenvolvem conflito de interesses, com algumas das pessoas que aprovaram a referida alteração.

Ana Bandeira, interveio dizendo: “É com sentido de responsabilidade e transparência que se apresenta hoje o ponto de situação das empreitadas, projetos e candidaturas, em curso no Município da Lousã. Neste momento, encontram-se em execução ou em fase preparatória sete intervenções estruturantes para o desenvolvimento do concelho, no âmbito do PRR e Portugal 2030. A Requalificação da Escola Secundária da Lousã, uma obra há muito aguardada, essencial para garantir melhores condições de ensino, segurança e conforto a alunos, professores e funcionários. O Centro de Saúde da Lousã – 2.º Fase - intervenção que complementa a primeira fase e reforça a nossa resposta em saúde, com maior capacidade e funcionalidade. A Requalificação de habitações no Bairro dos Carvalhos, uma empreitada integrada no plano de habitação acessível, que visa melhorar a qualidade de vida e a inclusão social. A Estabilização da Estrada Municipal 580 – Lousã / Castelo / Senhora da Piedade, obra essencial para a segurança rodoviária e valorização turística do acesso ao Castelo e à Ermida da Nossa Sra da Piedade. A Requalificação da Escola Básica n.º 2, projeto que renova mais um equipamento escolar, criando ambientes de aprendizagem modernos e adequados às exigências atuais. A Requalificação e Conservação da Rede Viária e Arruamentos Municipais, um plano abrangente de recuperação de vias, que garante melhor mobilidade, segurança e qualidade urbana. A renovação da Rede de Águas Pluviais na Cova de Lobo, obra que resolve

+
✓
g



An
G

problemas antigos de drenagem, mitigando riscos de cheias e protegendo pessoas e bens. É neste conjunto de intervenções que os municíipes lousanenses se reveem e que atualmente proporcionam e proporcionarão, no futuro, um concelho melhor para todos. Estas obras não são intervenções isoladas, mas sim parte de um projeto coeso de desenvolvimento territorial que prioriza: Qualidade de vida para todos; Valorização dos equipamentos públicos; Mobilidade e segurança. E uma Lousã mais justa, atrativa e sustentável. Estas empreitadas são sinais visíveis de progresso e dos compromissos que se pretendem para um futuro com seriedade e visão. O Município da Lousã está empenhado em executá-los, com eficácia e responsabilidade." -----

Joel Fernandes, tomou a palavra e referiu que nem todos os portugueses se revêm nas opiniões expressas relativamente ao passado e às figuras públicas e políticas de diferentes períodos da história nacional. Reconheceu que foram cometidos erros no passado, mas sublinhou que as decisões tomadas, na altura, foram-no com base no conhecimento e nas circunstâncias então existentes. Acrescentou que, certamente, alguns empreendimentos urbanísticos realizados na Lousã em diferentes épocas não seriam hoje executados da mesma forma. Considerou que, num concelho onde já existem muitas ruas e locais com nomes de poetas, políticos e concidadãos, é motivo de congratulação a atribuição do nome do Dr. Mário Soares — antigo Primeiro-Ministro e Presidente da República — a um espaço público, reconhecendo o papel relevante que desempenhou na instalação da democracia em Portugal. Manifestou igualmente apreço pela designação de Praça Europa ao espaço adjacente ao Parque Municipal de Exposições, numa altura em que se assinalam os 40 anos da adesão de Portugal à União Europeia. -----

João Santo, solicitou interpelação à mesa para dizer que “As afirmações que foram aqui ditas e as insinuações que foram aqui tomadas, sobre as decisões tomadas no órgão da Comissão de Toponímia e não posso deixar de repor, alguma verdade. Independentemente das decisões serem um tema difícil e que não reúne consenso, o que é certo é que o maior sucesso que Portugal foi depois do 25 de abril e não querendo também descredibilizar as contradições de algumas intervenções que aqui foram feitas, devemos que ter o espírito



democrático e perceber que há políticos que tiveram um papel importantíssimo, concordando ou não com a sua posição e que deveremos ter sentido democrático que com todos os políticos e todas as pessoas que fizeram para bem país, aquilo que nós hoje somos. -----

T
g

○ **Senhor Presidente da Câmara** tomou a palavra e começou por se referir à intervenção da Sra. Deputada Fernanda Franca, afirmando que, do ponto de vista institucional, a Câmara Municipal já prestou os devidos esclarecimentos, estando a questão devidamente enquadrada. Esclareceu que, no momento em que a Comissão de Toponímia e a Câmara aprovaram a atribuição dos topónimos, não existia qualquer recusa formal ou informal por parte dos homenageados. Acrescentou ainda, dirigindo-se ao Sr. Deputado João Curvelo, que em nenhum momento, em qualquer um dos processos, existiu conflito de interesses relativamente à atribuição dos referidos topónimos, quer do ponto de vista formal, quer do ponto de vista informal. No que respeita à intervenção na Estrada Municipal 580, informou que os trabalhos decorrerão com menor intensidade durante os meses de verão, de modo a permitir a circulação, sendo retomadas em setembro as intervenções em falta. Relativamente à intervenção no Bairro dos Carvalhos, esclareceu que a mesma não se destina a habitação permanente, mas sim a alojamento urgente e temporário para dar resposta a situações específicas. Ainda no âmbito da habitação, informou que os processos se encontram formalmente desenvolvidos e que as obras no terreno terão início em breve, prevendo-se a criação de 68 fogos a custos acessíveis. Por fim, referiu que os projetos Radar Social e CLDS 5G – Lousã Mais Social constituem duas ferramentas essenciais de intervenção comunitária, particularmente junto das populações em situação de maior vulnerabilidade, alinhando-se com a política permanente da Câmara Municipal de investimento nas pessoas e na promoção da coesão social. -----

PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS:

2 – Apreciação e votação da prestação de contas consolidadas do Município relativas ao ano financeiro de 2024 (doc. n° 3 (três)).-----



AP
OT
Q

Luís Martins, cumprimentou todos os presentes e referiu que o documento em análise cumpre o disposto no artigo 75.º da Lei das Finanças Locais e no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), no que respeita à consolidação de contas com entidades participadas, neste caso a empresa APIN, na qual o Município da Lousã detém uma participação de 18,39%. Sublinhou que o Município volta a demonstrar rigor técnico e cumprimento normativo, aplicando o método da equivalência patrimonial, conforme previsto na Norma de Contabilidade Pública (NPC) 23. Destacou três elementos fundamentais da consolidação de contas: Resultados positivos – com um resultado líquido de +390 mil euros, assinalando uma recuperação significativa face ao défice registado em 2023; Evolução patrimonial – com o ativo a ultrapassar os 80 milhões de euros e o património líquido a registar um crescimento de 15%; Transparência e confiança – com parecer favorável, sem reservas, emitido por auditoria independente, o que reforça a confiança na gestão municipal. Relativamente à não inclusão da consolidação orçamental, esclareceu que não se trata de uma omissão, mas sim de uma decisão técnica e prudente, tendo em conta a inexistência de orientações normativas da DGAL ou da Comissão de Normalização Contabilística sobre esta matéria. Concluiu afirmando que esta prestação de contas evidencia responsabilidade, visão estratégica e estabilidade financeira, sublinhando que o Município da Lousã está preparado para continuar a investir com confiança.

João Curvelo - cumprimentou todos os presentes e solicitou ao Sr. Presidente da Câmara um esclarecimento adicional, referindo que, conforme consta na ata da reunião da Comissão de Toponímia realizada no dia 26 de maio, o Eng.º Teixeira Neto não se opôs à atribuição do seu nome a uma rua, desde que essa homenagem fosse efetuada a título póstumo. Contudo, apesar dessa condição expressa em vida, o nome foi submetido a votação apenas seis dias depois. Solicitou, por isso, esclarecimento sobre os fundamentos e o enquadramento dessa decisão. De seguida, apresentou declaração política em nome do seu grupo municipal, citando o líder de bancada, nos seguintes termos: “De acordo



com o relatório do auditor independente, o mesmo apresenta uma opinião com ressalva, a qual é justificada com a seguinte menção: "Conforme nota 24 do anexo às contas da APIN a conta, outros devedores, apresenta um montante de 768 milhares de euros resultante de obras efetuadas pela APIN, cuja responsabilidade é do devedor, por não se enquadrarem nas atividades delegadas na APIN. A resposta recebida ao nosso pedido de confirmação independente revela diferenças entre o montante registado pela APIN e aquele que nos foi reportado pelo devedor. Os saldos registados na contabilidade apresentam um valor superior em 768 milhares de euros face à informação recebida do devedor, pelo que não nos é possível concluir quanto à razoabilidade do referido montante." Solicita-se, assim, um melhor esclarecimento quanto a esta matéria, tendo em conta que o relatório de gestão de contas da APIN, referente ao exercício de 2024 e apresentado em março de 2025, refere o seguinte: "rubrica de resultados transitados (após a aplicação dos resultados de 2023) foi incrementado num valor de 3,2 milhões de euros, referente à compensação financeira a cargo dos sócios. Foi considerado também nesta rubrica o valor de 2,2 milhões de euros referentes às receitas líquidas obtidas entre janeiro de 2021 e dezembro ou 2023, como o município de Penacova, de acordo com a sentença Arbitral, bem como a correção de excesso de estimativa dos gastos com os serviços em falta". Ou seja, é perceptível que a APIN está a reconhecer contabilisticamente um crédito, com base numa sentença arbitral transitada em julgado, com o objetivo de compensar uma situação financeira deficitária, tratando esse valor como receita certa ou disponível. No entanto, mesmo que o crédito seja exequível, poderá não vir a ser concretizado nos próximos anos. Questiona-se, portanto, se existem dados que permitam aferir o real resultado financeiro da APIN, excluindo a valorização deste crédito. Nestes termos, o grupo municipal É Hora de Mudar não pode considerar prudente que a APIN utilize um valor de cobrança temporalmente imprevisível para apresentar contas positivas no exercício de 2024, pela que opta pela posição de abstenção

✓
bx
gr



Ass.
G.

Sr. Presidente da Câmara- Esclareceu o deputado João Curvelo, referindo que o Eng.º Eduardo Teixeira Neto não recusou a atribuição do topónimo com o seu nome, mas condicionou-a à atribuição apenas a título póstumo. Reconheceu que existiu um lapso na proposta submetida à reunião de Câmara, uma vez que não foi expressamente mencionada a posição do Eng.º Teixeira Neto, tendo referido que tal lapso foi assumido pessoalmente ao próprio. No que respeita à questão das contas consolidadas, esclareceu que o montante de 768.000 euros diz respeito a intervenções realizadas pela APIN, no âmbito de contratos de empreitada, sendo que determinadas intervenções são da responsabilidade dos municípios. Relativamente à questão dos resultados e à utilização dos valores, afirmou que é legalmente possível considerar os valores decorrentes da sentença relativa ao processo de saída do Município de Penacova, sendo esses valores válidos para efeitos de prestação de contas. -----

Colocado à votação da Assembleia Municipal votação da prestação de contas consolidadas do Município relativas ao ano financeiro de 2024, foi aprovado por maioria com 16 (dezasseis) votos a favor do PS, 7 (sete) abstenções do Coligação PSD/CDS – É Hora de Mudar e 1 (uma) abstenção do BE , quando estavam presentes na sala vinte e quatro membros -----

PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

3. Apreciação e votação da delegação de competências do Município na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, necessária à implementação do Sistema de Autoconsumo Coletivo de Energia da Região de Coimbra (SIAC-RC) e à constituição das Comunidades de Energia Renováveis (CER) e da autorização para a repartição de encargos plurianuais (doc. nº 4 (quatro)). -----

-Inscrições: Joel Fernandes -----

Joel Fernandes, cumprimentou todos os presentes e, em seguida, tomou a palavra para destacar a importância da nova filosofia e mentalidade no que diz respeito à abordagem da questão energética. Salientou que esta é, possivelmente, uma das primeiras iniciativas de carácter intermunicipal neste



contexto, já enquadradas nos princípios da sustentabilidade ambiental e da produção de energia limpa. Disse, ainda, que este projeto está alinhado com as diretrizes nacionais e europeias, evidenciando a relevância da sustentabilidade e da autossuficiência dos territórios. Por fim, referiu que já se começam a estruturar novas formas de produção energética, com especial destaque para a energia solar.

AT
LX
CJ

Colocado à votação da Assembleia Municipal a delegação de competências do Município na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, necessária à implementação do Sistema de Autoconsumo Coletivo de Energia da Região de Coimbra (SIAC-RC) e à constituição das Comunidades de Energia Renováveis (CER) e da autorização para a repartição de encargos plurianuais, foi aprovado por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e três membros eleitos.

PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS:

4 Apreciação e votação da ratificação da deliberação da Câmara Municipal de 2.06.2025, relativa à autorização prévia para repartição de encargos plurianuais da Empreitada “Reabilitação da Escola Básica n.º 2 da Lousã”. (doc. nº 5 (cinco).

Inscrições: Luís Martins, João Curvelo.

João Curvelo, interveio e disse que o grupo é hora de mudar, concorda com todas as obras que impliquem a melhoria das condições das escolas, todavia de acordo com a informação que sustenta a informação do executivo é de referir que: Citou o líder de bancada- “ Decorrido o procedimento de contratação publica e conforme a informação da divisão de obras municipais e ambiente n.º10836, datada de 30/05/2025, o mesmo ficou deserto por o preço base ser insuficiente para execução da empreitada (informação prestada pelos interessados no procedimento). Assim, e de forma a abrir o novo procedimento torna-se necessário ajustar o preço base para 8.367.129,89€ (valor com IVA incluído) para um período de 18 meses (mais 1.040.499,95€ que o preço inicialmente proposto para abertura do primeiro procedimento concurso.” Questiona-se se a Câmara Municipal está refém da informação prestada pelos



AG
AG
AG

interessados e não tem capacidade de contribuir pelos seus técnicos a confirmação do valor tecnicamente apurado, pelo que atendo ao exposto, o Grupo Municipal É Hora de Mudar irá votar livremente. -----

Luís Martins, iniciou a sua intervenção, cumprimentando todos os presentes e No seguimento da intervenção do Deputado João Curvelo, disse que o presente procedimento resulta da necessidade objetiva de reajustar o preço base da empreitada, na sequência do fracasso do primeiro concurso público, que ficou deserto. O novo preço base fixado ascende a 8.367.129,82€ (oito milhões, trezentos e sessenta e sete mil, cento e vinte e nove euros e oitenta e dois cêntimos), incluindo IVA, com um prazo de execução previsto de 18 meses. Nos termos da Lei n.º 197/99, de 8 de junho, carecem de autorização prévia da Assembleia Municipal todas as despesas que envolvam repartição plurianual que exceda um ano económico, ultrapassem o montante de 99.759,58€ nos anos subsequentes, e que não resultem de planos ou programas plurianuais formalmente aprovados. Embora o projeto em causa se encontre inscrito nos Grandes Opções do Plano (GOP) 2024-2027, o novo valor global da empreitada não coincide com o montante anteriormente aprovado, razão pela qual se justifica a necessidade da presente deliberação. Foi ainda salientado que, não obstante o Município da Lousã não se encontrar vinculado à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, o Executivo Municipal, numa ótica de rigor orçamental e transparência institucional, opta por seguir as melhores práticas de governação pública, assegurando o adequado enquadramento legal e orçamental da despesa. Concluiu-se que se trata de um passo legalmente exigido, mas também de uma decisão politicamente responsável, não sendo admissível travar um investimento estruturante na área da educação, mesmo perante os constrangimentos resultantes da situação atual dos mercados e do contexto inflacionista. Por fim, foi declarado que, conscientes da importância desta infraestrutura para o futuro educativo do concelho, o Grupo Municipal do Partido Socialista vota favoravelmente a presente proposta. -----



Colocada à votação da Assembleia Municipal a ratificação da deliberação da Câmara Municipal de 2.06.2025, relativa à autorização prévia para repartição de encargos plurianuais da Empreitada “Reabilitação da Escola Básica n.º 2 da Lousã, foi aprovado por maioria, com 16 (dezasseis) votos a favor do PS, 1 (um) voto a favor do BE e 1 (um) (abstenção da Coligação PSD/CDS – É Hora de Mudar, quando estavam presentes na sala vinte e quatro membros eleitos. -----

J
H
G

PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

5. Apreciação e votação da ratificação de deliberação da Câmara Municipal de 16.06.2025 relativa à autorização da geminação do Município da Lousã com o Município de Bois D'Arcy, nos termos da minuta de Protocolo de Geminação em anexo, a celebrar entre as partes doc. nº 6(seis).-----

Ana Bandeira, interveio e disse: “A geminação entre o Município da Lousã e o Município de Bois d'Arcy, em França, representa uma oportunidade de crescimento, partilha e projeção internacional para o nosso concelho. Mais do que um ato formal, esta geminação representa uma visão estratégica e ambiciosa para o futuro da Lousã. Bois d'Arcy é uma cidade francesa com a qual partilhamos valores e prioridades comuns. Esta aliança estratégica prevê: O reforço dos laços de amizade e cooperação entre os dois municípios; A criação de mecanismos de colaboração técnica, económica e social; o intercâmbio de experiências, boas práticas e oportunidades de negócio; o apoio à expansão de mercados, atraindo investimento e reforçando a competitividade local; a promoção conjunta da educação, saúde, cultura, desporto, ecologia, mobilidade e tecnologia e a valorização do nosso território e identidade cultural, projetando a Lousã no contexto europeu. Esta geminação é, por isso, mais do que um protocolo: é uma ponte para o futuro, uma parceria com benefícios reais para a Lousã e para os nossos cidadãos. A ratificação desta geminação reforça o nosso compromisso com a cooperação, a cidadania europeia e o desenvolvimento sustentável, representando mais uma experiência de crescimento e partilha, para ambos os municípios”. -----



Colocada à votação da Assembleia Municipal a ratificação de deliberação da Câmara Municipal de 16.06.2025 relativa à autorização da geminação do Município da Lousã com o Município de Bois D'Arcy, nos termos da minuta de Protocolo de Geminação em anexo, a celebrar entre as partes tendo sido aprovada por unanimidade quando estavam presentes na sala vinte e quatro membros eleitos. -----

PONTO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

6. Designação de Graça Maria Xavier Magro para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – CPCJ. (doc. nº 7{sete}). -----

Colocada à votação da Assembleia Municipal votação Graça Maria Xavier Magro, como representante na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Lousã, foi aprovado unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e cinco membros eleitos. -----

A Senhora Presidente da Mesa colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE quando estavam presentes na sala vinte e cinco elementos. -----

Nada mais havendo a tratar, **a Senhora Presidente da Mesa**, depois de terem assinado todos as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte horas. -----

A Presidente da Mesa,



Ana Ferreira

O 1.º Secretário,





AN
AB
gr

Orlando Ferreira

A 2^a Secretaria,

Maria Aldina Martins

Maria Aldina Martins